

**DIRETRIZES DE
PLANO DE GOVERNO**

COLIGAÇÃO

JUNTOS POR RIO PRETO

(PT – PMDB – PSDC)

ÍNDICE

	INTRODUÇÃO	03
1.	DESENVOLVIMENTO URBANO	04
2.	EDUCAÇÃO	06
3.	SAÚDE	08
4.	CIÊNCIA & TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	09
5.	JUVENTUDE	11
6.	TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA	13
7.	CIDADE PARA TODOS	15
8.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
9.	ESPORTE E LAZER	19
10.	CULTURA	20

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável se firma no tripé "socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente viável" (Ignacy Sachs, cientista político).

O governo da coligação "Juntos por Rio Preto" está comprometido com alguns eixos básicos, em sintonia com os princípios norteadores dos governos transformadores de Lula e Dilma: desenvolvimento com inclusão, de maneira sustentável e com mais igualdade e participação popular.

O compromisso com a superação das desigualdades, como eixo do crescimento, deve ter no município o indutor fundamental. Com a reconfiguração do pacto federativo nos Governos Lula e Dilma, os municípios vêm ganhando papel crescente nas ações diretas do governo junto à população.

Educação e inovação devem compor uma agenda capaz de garantir políticas de inclusão social e superação das desigualdades, da radicalização da democracia, de criação ou fortalecimento de canais de participação e diálogo, com capacidade de compartilhar decisões importantes entre governo e sociedade, em consonância com o projeto de desenvolvimento nacional.

Com quatro eixos articulados entre si, as diretrizes de nosso plano de governo estão estabelecidas para orientar o modo de governar dessa aliança.

- 1- Desenvolvimento Sustentável
- 2 - Participação Popular e Cidadã e Controle Social
- 3- Políticas Sociais e Afirmação de Direitos
- 4 - Gestão Ética, Democrática e Eficiente

1. DESENVOLVIMENTO URBANO

O desenvolvimento urbano de São José do Rio Preto será norteado pelo desenvolvimento econômico sustentável da cidade e as estratégias definidas a partir de consultas à população, representadas em conselhos municipais. E, em relação aos municípios vizinhos, vai estimular e liderar as soluções consorciadas, nos diversos aspectos administrativos, com prioridades para o enfrentamento conjunto de problemas cujos desdobramentos se estendem para além das divisas institucionais.

Preventivamente, o governo da Coligação “Juntos Por Rio Preto” está comprometido com a ocupação organizada e democrática do solo urbano, promovendo a inclusão e a aproximação dos serviços e equipamentos públicos, evitando o espraiamento urbano.

Paralelamente, em parceria com o governo federal, vai acelerar o processo de regularização fundiária dos loteamentos irregulares e adoção de um esforço para urbanização e facilitação do acesso aos serviços públicos.

Evitar o espraiamento do município e aliar às medidas estruturais das obras de grande porte iniciativas complementares, de microdrenagem, também estão na pauta do governo da coligação “Juntos por Rio Preto” para o combate às persistentes enchentes que atingem o município.

Também é compromisso desse governo as medidas socialmente inclusivas, ambientalmente sustentável e economicamente viáveis em relação à mobilidade. Intensamente desregulamentada, a política de transporte urbano deve passar por uma revisão, tendo como principal objetivo a retomada do controle e da gestão do serviço sob concessão e a elaboração, com a participação da população, do Plano Diretor de Mobilidade Urbana.

Nesse contexto, do desenvolvimento ambientalmente sustentável, é indispensável à eficiência administrativa estudar e fortalecer os meios alternativos de transporte (como construção de ciclovias) e reforçar e renovar as regras sobre construção de calçadas, oferecendo segurança e acesso para todos; medidas de preservação do lençol freático e de incentivo à utilização consciente da água; promoção da economia solidária como proposta para o desenvolvimento das potencialidades locais e o incentivo à coleta seletiva.

2. EDUCAÇÃO

Iniciativas realmente comprometidas com a qualificação da Educação devem inserir alunos, professores e funcionários nos processos de debate, elaboração e efetivação das estratégias educacionais e confirmar a Educação como direito inalienável de todos.

Para o governo da coligação, a Educação é o setor central de transformação da cidade e a escola deve ser o equipamento de convergência das diversas políticas públicas adotadas, interagindo com as iniciativas de saúde, cultura, esporte, desenvolvimento sustentável, entre outros. Essa premissa passa pelas seguintes diretrizes:

Transparência e participação

Democratizar os mecanismos de acesso e assegurar ampla participação de professores, alunos e funcionários nas diversas etapas de elaboração das políticas de educação.

Conselho participativo e representativo

O Conselho Municipal de Educação deve assumir integralmente suas funções de criar e gerir o projeto político de educação para a cidade. Para tanto, deve ser participativo e representativo.

Qualificação da Educação municipal

Iniciar processo de debate com professores e funcionários com objetivo de qualificar a educação no município e criar uma metodologia da cidade para a Educação.

Compromisso com a educação integral

Debater e construir mecanismos para a adoção de um novo padrão de educação integral, cujo princípio essencial não seja apenas o tempo de permanência na escola, mas

também, e principalmente, a qualidade desse tempo com a indispensável integração com setores capazes de contribuir com a formação dos indivíduos enquanto futuros agentes do pensamento crítico e de intervenções qualificadas na sociedade.

Formação e atualização democrática dos professores

O tempo destinado ao processo de formação e atualização dos professores deve ser democrático e destinado ao debate sobre a escola, métodos e problemas, reforçando o caráter social da atividade, com o compartilhamento de experiências.

Educação especial

É necessário aprofundar a acessibilidade nas escolas públicas, com adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático adequado, recursos de tecnologia assistiva e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Educação de Jovens e Adultos

Fomentar programas de educação de jovens (faixa etária de 15 a 17 anos) e adultos, incentivando a integração daqueles que estão fora da escola ou com defasagem de aprendizado oferecendo paralelamente qualificação profissional.

Gestão democrática

Fomentar políticas de prevenção à evasão motivada por qualquer forma de preconceito, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão e melhorar e expandir a infraestrutura física da rede escolar.

3. SAÚDE

A participação popular será uma prioridade na gestão da saúde do governo da coligação “Juntos por Rio Preto”, garantindo, inclusive, a efetividade das políticas públicas de saúde e como via de exercício do controle social.

O governo dessa coligação irá reconhecer a Saúde como um direito fundamental do ser humano, cabendo ao município garantir as condições indispensáveis ao seu pleno exercício e o acesso à atenção e assistência à saúde em todos os níveis de complexidade, sendo, assim, garantido um dos princípios básicos do SUS (Sistema Único de Saúde), a universalidade de direitos.

Para assegurar esse direito, os serviços de saúde da nova administração serão equânimes, buscando diminuir desigualdades, investindo mais onde a carência é maior. O usuário do SUS no município será cuidado na sua integralidade, o que significa a garantia do fornecimento de um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos, curativos e coletivos. Engloba ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

O governo vai promover a gestão descentralizada da Saúde e cada gestor deverá ser um profundo conhecedor da realidade local, respondendo por toda a rede assistencial em sua área de abrangência e conduzindo a negociação com os prestadores, usuários e trabalhadores.

A política de saúde adotada terá resolutividade, com capacidade de dar solução aos problemas do usuário do serviço de saúde de forma adequada, rápida, no local mais próximo de sua residência. O encaminhamento será relacionado ao nível de complexidade das necessidades apresentadas.

4. CIÊNCIA & TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Primeiramente, é indispensável aliar os aspectos inovadores da Ciência e Tecnologia com o aspecto social. Além de promover a instalação e o pleno funcionamento do Parque Tecnológico, é necessário criar uma cultura de inovação, com uma política de incentivos e de promoção das iniciativas locais.

O aprimoramento da produção, com a aproximação entre a academia e as empresas, deve ser incentivado para qualificar a produção e o emprego. Competir com economias poderosas, como a da China, exige do setor empresarial inovação e adição de valores aos produtos para ganhar o mercado pela diferenciação e não pelo preço.

Para isso, criar e desenvolver incubadoras de empresas, fortalecer arranjos produtivos, estruturar laboratórios de uso compartilhados, atuar em conjunto com universidades e empresas, estimulando soluções locais para os problemas de nossa sociedade, são iniciativas fundamentais.

A inclusão digital deve ser considerada uma política pública, com esforços direcionados para a criação e ampliação de uma infraestrutura de cidade digital, colocando a internet sem fio gratuitamente à disposição da população e instalação de telecentros públicos para acesso gratuito à internet.

Essas políticas públicas devem ser alicerçadas nos recursos tecnológicos oferecidos. Programas como o orçamento participativo deve ganhar a internet e a transparência pública deve ser promovida e mantido o foco do governo eletrônico nos direitos do cidadão, não apenas nos deveres.

O governo municipal deve considerar as competências e capacidades locais para solucionar os problemas, apoiando as iniciativas das empresas regionais, incentivando o desenvolvimento e investindo nos esforços voltados para o aprimoramento da tecnologia e inovação.

O georreferenciamento e monitoramento do território devem ser adotados no cotidiano da administração como uma das ferramentas de gestão mais importantes da atualidade, permitindo visão espacial dos equipamentos públicos e ocupação territorial, facilitando a elaboração das políticas públicas e as tomadas de decisões.

5. JUVENTUDE

As políticas públicas do governo da Coligação “Juntos por Rio Preto” com enfoque neste importante segmento estratégico que se tornou a juventude devem conceber o jovem como portador e sujeito de direitos em contraponto ao conceito difundido do jovem como risco social. Elas devem equacionar as demandas, oferecer perspectivas de futuro, oportunidades e propiciar amplos direitos de cidadania. Além disso, devem ser integradas e transversais, com enfoque geracional e meios apropriados de validação, implementação, gestão e avaliação.

Nesse quadro, as políticas públicas de juventude devem ter como premissas comuns:

Participação da juventude na construção das PPJs

Os principais pontos de apoio e diálogo para a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas de juventude devem ser os próprios jovens organizados e mobilizados.

Implantação de programas voltados à geração de emprego e renda

O governo da coligação “Juntos por Rio Preto” deve buscar condições para que os jovens continuem estudando, antes de integrar formalmente o mercado de trabalho. Paralelamente, é necessário permitir a entrada no mercado promovendo iniciativas de associativismo, cooperativismo, economia popular e solidária, capacitação profissional e demais alternativas de geração de renda para a juventude.

Estimular projetos de universalização, melhoria da qualidade e reestruturação democrática da educação

Aprofundar os debates e as medidas para a criação de um novo modelo para o ensino médio, aprofundando a fusão entre ensino médio e ensino técnico. A escola deve

ser pensada a partir de uma nova concepção, de educação integrada, que dialogue com as necessidades do jovem.

Implantação de projetos na área da cultura, esporte e lazer

O acesso à cultura e aos bens culturais deve ser cada vez mais universalizado, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, além de apoiar o esporte amador e participativo, a criação e a manutenção de centros esportivos e a prática esportiva nas instituições de ensino.

Implantação de projetos na área da saúde, direitos humanos e cidadania

Devem ser implantados projetos para esclarecimento, tratamento e prevenção ao consumo de drogas e acompanhamento psicológico (quando necessário) aos jovens com problemas decorrentes de drogas lícitas ou ilícitas, implementação de políticas de redução de danos, programas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ações de esclarecimento e prevenção da gravidez indesejada, voltados para homens e mulheres na juventude e adolescência.

6. TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

É compromisso do governo da coligação “Juntos por Rio Preto” fortalecer o estado democrático e instituir um novo modelo de gestão da administração pública em seus diversos níveis, um modelo comprometido com capacidade gerencial e com a transformação da relação entre governo e sociedade.

O objetivo desse novo modelo é não só prestar serviços qualificados à sociedade e promover políticas públicas eficazes para a realidade do município – todos formulados com a participação popular –, mas garantir a dimensão estratégica da ação governamental, para que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos. Unida a essa iniciativa, é indispensável organizar assessoria técnica para pesquisa de projetos, programas e recursos para as várias secretarias e fazer gerenciamento do desenvolvimento das iniciativas, tornando públicas as etapas cumpridas.

Esse processo exige institucionalização, com o funcionamento pleno dos conselhos municipais existentes, sem pressão ou assédio, e a criação do Conselho Municipal sobre Transparência e Controle Social para continua avaliação na busca de uma efetiva transparência de todos os atos do Executivo municipal.

Paralelamente, é responsabilidade do governo da coligação “Juntos por Rio Preto” criar um ambiente ético, de respeito e de confiança em relação aos agentes públicos, instituído Comissão Permanente de Negociação, respeitando a representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para discutir, entre outros, a criação de um Plano de Cargos Carreira e Salários, o saneamento financeiro da previdência do servidor público municipal e garantir o combate ao assédio moral nos quadros administrativos.

O aprimoramento do acesso ao Orçamento municipal deve ser incentivado e, paralelamente, o governo deve retomar e fortalecer o Orçamento Participativo para oferecer oportunidade de a população intervir nas decisões orçamentárias, avançando no processo participativo e criando uma cultura participativa de discussão orçamentária. É

necessário também criar e fortalecer o Conselho Municipal do Orçamento Participativo e o trabalho de campo, com reuniões preparatórias e capacitação de conselheiros, etc.

7. CIDADE PARA TODOS

As políticas inclusivas devem estar em consonância com os planos nacionais, elaborados a partir de conferências municipais, estaduais e nacionais, cujas orientações devem ser adequadas às necessidades e ao orçamento local. Também devem ser formuladas com a participação popular e submetidas ao controle social por meio dos conselhos municipais.

A política para as mulheres deve considerar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Familiar contra a Mulher, com a consequente elaboração do protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência com os municípios conveniados.

Rio Preto deve ser a cidade polo dessas ações, atendendo municípios parceiros da região. Ações de capacitação, como as oficinas de formação de mulheres (lideranças comunitárias), capacitação de professores, policiais, agentes públicos, entre outros.

As questões de raça e etnia devem ser abordadas a partir de proposições que considerem as ações de promoção de emprego e renda, entre elas a economia solidária e, em parceria com a Educação, reforçando as iniciativas transversas, com aulas de cultura afro-brasileira na rede municipal de ensino e cursos de formação na rede municipal.

No governo da Coligação “Juntos por Rio Preto”, as políticas de atendimento aos portadores de necessidades especiais e acessibilidade serão integradas com os setores de Saúde, Educação e Planejamento Urbano, principalmente. A inclusão digital deve ser reforçada com a acessibilidade garantida em telecentros, telefones públicos e intervir não só nos espaços públicos para garantir a acessibilidade, mas também nos espaços privados, de lazer e prever a reserva de habitações em pisos térreos, com as adequações necessárias às pessoas com deficiência.

Este governo também está comprometido com uma cidade plural, heterogênea e sem intolerância. Deve prevenir o preconceito e reforçar iniciativas afirmativas, com atendimento humanizado na rede de saúde, promovendo a conscientização entre profissionais da educação sobre a questão da intolerância e fortalecendo o acesso aos meios de produção artísticos e culturais.

8. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um dos resultados mais visíveis da desigualdade e da exclusão social em São José do Rio Preto é a situação de pobreza absoluta em que vive parcela da nossa população. Loteamentos irregulares, moradia subnormais, em condições subumanas, jovens fora da escola, sem oportunidades, aderindo ao uso, abuso e tráfico de drogas, são desdobramentos dessa negligência.

O governo da Coligação “Juntos por Rio Preto” deve transformar essa realidade e assegurar condições dignas de vida a todos. A inclusão social, dessa maneira, deve dar conta dos aspectos sociais, econômicos, urbanos, políticos e de segurança da vida na cidade, de acordo com as seguintes diretrizes:

Efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Efetivar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS com as normativas, resoluções e normas estabelecidas pelo governo federal, promovendo a inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal, social e com direitos violados.

Efetivação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

Efetivar os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, com projetos, serviços e programas necessários para cada realidade do respectivo território onde está inserido, com equipes técnicas contratadas via concurso público e com qualificação profissional continuada. Serão efetivados também os Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS com serviços e projetos para atender a demanda das famílias e indivíduos, cujo direito vem sendo violado.

Integração de Programas

Criar um programa municipal que garanta a integração dos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal para ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Atendimento intersetorial

Estabelecer atendimento intersetorial permanente e articulado com as políticas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer.

Controle e avaliação

Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócio-assistenciais, definir padrões de qualidade e implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços das Instituições parceiras da Prefeitura.

Apoio aos Conselhos Tutelares

Equipar adequadamente os Conselhos Tutelares, promover capacitação continuada dos conselheiros.

Enfrentamento às drogas

Implantar a política de enfrentamento e combate às drogas de acordo com as orientações do Ministério da Saúde, em conjunto com a Secretaria Municipal da Saúde, com criação de vagas em hospital geral e demais etapas para atendimento e tratamento da demanda. Implantar república monitorada para jovens sem retaguarda familiar provenientes do acolhimento institucional.

Capacitação

Promover capacitação continuada de técnicos para atuar nas diversas áreas da política de assistência social; implantar serviço de atendimento domiciliar, em conjunto com a Secretaria da Saúde, para idosos e deficientes.

9. ESPORTE E LAZER

Rio Preto possui vários equipamentos públicos destinados à prática de esporte, atividades e lazer distribuídos, principalmente, pelos bairros mais tradicionais da cidade. Os equipamentos têm seus usos subdimensionados em virtude da falta de manutenção.

A intervenção pública deve conceber o esporte e lazer na cidade como alavancas ao desenvolvimento integral do ser humano, abordado com responsabilidade e entendidos na totalidade das relações sociais de cidadania, diversidade e inclusão, considerando suas características transversais.

É compromisso do governo da coligação “Juntos por Rio Preto” garantir a todos os cidadãos de Rio Preto a universalização, com qualidade de acesso ao esporte, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população.

Para consolidar as políticas públicas, a gestão democrática deve ampliar e institucionalizar canais de diálogo com as entidades esportivas e a sociedade.

Deve-se considerar o potencial econômico, a geração de emprego e os efeitos suplementares, relacionados aos impactos positivos em relação ao desenvolvimento.

A rede de equipamentos públicos deve receber manutenção adequada para garantir a prática esportiva com segurança e ser ampliada para atender os bairros mais distantes.

10. CULTURA

São José do Rio Preto, referência em alguns setores culturais, terra do Festival Internacional de Teatro, ressurte-se de plano sistemático que possibilite a condução das políticas públicas para a área da Cultura na cidade. Políticas públicas comprometidas com a fruição, pesquisa e desenvolvimento de práticas que considerem a Cultura como um direito básico do gênero humano, em contraposição a uma limitada perspectiva de eventos, sobretudo como valor de troca. Essa premissa passa pelas seguintes diretrizes:

Conselho, orçamento e fundo municipal

Adequar a Secretaria de Cultura aos moldes do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que prevê a criação de um conselho deliberativo de cultura na cidade, orçamento de, no mínimo, 1,5% e um fundo municipal para a cultura.

Participação dos produtores

Criar canais de participação dos produtores nos processos de elaboração e gestão de uma política pública para a Cultura do Município, promovendo o intercâmbio de metodologias e a instrumentalização dos produtores locais.

Democratização da Cultura

Democratizar os meios de produção Cultural na cidade e universalizar o acesso aos bens culturais locais (processos e produtos culturais). Fortalecer as iniciativas já existentes.

Circuitos alternativos

Conceber circuitos alternativos de circulação dos bens culturais locais, identificando e ampliando a formação do público rio-pretense.

Parcerias

Criar parcerias com outras secretarias que dialogam com o objeto da Cultura.